

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891
M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente
BERNARD DA COSTA CAMPOS — Diretor

ANC
M.C.V

J. A. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Executivo
MAURO GUIMARÃES — Diretor
FERNANDO PEDREIRA — Redator Chefe
MARCOS SÁ CORRÉA — Editor
FLÁVIO PINHEIRO — Editor Assistente

Demonstração pelo Voto

Não há memória nem registro de espetáculo que, numa assembléia constituinte, tenha descido a nível tão baixo. Principalmente, levando-se em conta a importância da matéria em discussão e votação ontem. A Constituinte está entrando na hora de tomar decisões definitivas.

Foi geral o nivelamento por baixo. As galerias encheram-se de delegações ditas sindicais, mas movidas a ideologia e fanatismo. Fizeram o que não podiam para comprometer a sessão. Era de esperar que tudo degenerasse, pois é inconcebível que um dos líderes da reação contra o esquerdismo infantil se tenha proposto, de público, a utilizar pessoalmente a força física como argumento numa Constituinte.

O centrão fez finalmente o seu ato de afirmação política mais completo: modificou o regime da Constituinte como queria, em favor da autenticidade democrática das suas decisões. Ficaram para ser votados só os destaques, que se reservam à nova negociação que a esquerda não quis fazer antes. Tanto quanto o resultado em si, há lições políticas a serem extraídas da sequência que marca a virada da maioria da Constituinte, como reflexo da opinião pública. A própria mobilização predatória, que ocupou o vazio de responsabilidade aberto com a retirada dos líderes e dos militantes da esquerda, identifica duas formas de imaturidade política perigosa. Uma, de origem radical, em franca convergência para um tipo de reação que provoca ação igualmente radical e absolutamente contrária: à bazofia de esquerda corresponde sempre uma direita truculenta. Outra, predatória e suicida.

A sessão de ontem não foi um espetáculo democrático de divergência insanável, e sim um conjunto de atos primários, com uma carga de fascismo que compromete toda distinção de fundo ideológico. Palavrões, desrespeito, agressões físicas e morais, e as mais variadas provocações se sobrepuzeram ao que deveria ser uma aferição política de forças, para que a sociedade pudesse entender melhor o que se fez, o que se corrige e o que poderá ser um documento democrático para atender às necessidades políticas brasileiras.

O coro que se fez ouvir nas galerias, ao final da votação tumultuada e das agressões físicas, abafou a própria apuração dos votos. Não se ouvia mais nada, exceto o receio que cresceu dentre os espectadores que não se envolveram no radicalismo e nos excessos. As últimas palavras ouvidas testemunharam que o pessoal das galerias ia esperar constituintes fora do recinto para agredi-los fisicamente.

Não foi apenas politicamente que se eclipsou o efeito de uma votação importante; tecnicamente, também, a sessão deixou a desejar. O único saldo positivo foi que o centrão compareceu com 290 votos na decisão; não passaram de três as abstenções e só 16 se manifestaram contra. O que se chama de esquerda na Constituinte retirou-se para evitar a expressão numérica da sua derrota. Não conseguiu diminuir o impacto. A vontade da maioria prevaleceu, clara e soberanamente, e derrubou o artifício pelo qual foram aprovadas várias medidas de fundo social e econômico simplesmente irrealizáveis.

Mais grave ainda, no entanto, foi a incapacidade política de aceitar a derrota em campo aberto. A esquerda se compromete de público com uma posição prévia de incompatibilidade democrática. Só a intolerância pode explicar o pânico da esquerda na Constituinte: diante de uma derrota pressentida, retirou-se para frustrar a vitória do centro. O gesto insensato não apaga, entretanto, o resultado numérico e nem o atestado político de despreparo para o exercício democrático.

Se não se detiver para uma reflexão política, a esquerda pode se liquidar politicamente mais depressa, antes que as urnas o façam. Com a disposição de não assinar a futura Constituição, ela não se retira apenas da oportunidade e da responsabilidade: dá um atestado público de incapacidade para o convívio democrático. Se quiser ir para a rua promover agitação, cometerá o suicídio que tantas vezes a imolou no passado, com os atrasos históricos que todos sabem por que recaem sobre a nação.

Foi bom o resultado da votação porque o efeito político acabará prevalecendo sobre o baixo espetáculo. O resultado tem alcance didático sobre a própria esquerda, se ela for capaz de reflexão. Era indispensável que a opinião pública soubesse quem era maioria na Constituinte. Felizmente é o centro, que prevaleceu com a soma de votos de todos os partidos, exceto naturalmente aqueles comprometidos com um radicalismo que se realimenta da ilusão de que, quanto pior estiver, melhor poderá ser a sua oportunidade.

Os resultados contrariam essa tese a cada geração, sem o efeito corretivo capaz de erradicar um certo tipo de esquerdismo infantil na vida política adulta. Daí por que se repete periodicamente a lição inútil.

Transpareceu agora a índole verdadeira da maioria, que se confundiu na Comissão de Sistematização com um radicalismo dito de esquerda, mas com os traços característicos da direita universal. A intolerância em aceitar a divergência é a mesma que se recusa a respeitar a derrota numa votação. Se não quiser comprometer-se com um suicídio, a esquerda aceitará os resultados e voltará à negociação para ceder, e não mais para impor. Não basta armar uma situação que dê a impressão de que a maioria da Constituinte seja de esquerda. Não é. Provou-o agora, com uma superioridade numérica de votos. Votação é transparência.

É natural que, numa assembléia com a responsabilidade de constituinte, haja de parte a parte a disposição para o acordo, que pressupõe capacidade de fazer concessões, ao lado de divergências. Quando não for possível o acordo, decide-se pelo voto. Nada mais democrático. A maioria absoluta é garantia suficiente de legitimidade, porque defende o resultado da votação contra os riscos de não representar a vontade predominante.

A votação em plenário pressupõe clareza e transparência política. A despeito do que houve, com uma queda de asa na direção do abismo, o resultado político é que importa. A Constituição está liberta do risco de refletir a vontade da minoria manipulada e apresentada como expressão da maioria.

Nada impede que se retome o caminho do entendimento político, desde que se reserve a votação como recurso democrático supremo para evitar o impasse. O clima ficou deteriorado, mas o comportamento de um lado e de outro pode restaurar a confiança — e isolar os radicalismos.

É preciso ter em mira que toda constituição é ponto de partida para um jogo político a longo prazo. Trata-se de um estatuto disciplinador da divergência como traço de um sistema político. A futura constituição brasileira terá que ser exatamente o instrumento capaz de superar divergências entre cidadãos, e entre a sociedade e o Estado, como forma permanente de se praticarem as liberdades. E para que tudo isso decorra do exercício da divergência. Não é por outra razão que as constituições devem ser — tanto quanto possível — o mais genéricas que consigam, para sobreviverem às gerações.

Restabelecido o primado da maioria, agora é preciso passar às votações em plenário.